Pesquisa e Ações em Saúde Pública

Edição XXVIII

Capítulo 15

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTROLE DA DENGUE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA LITERATURA

ELOIZA TOLEDO BAUDUINA[1]
AGDA DA SILVA SOUZA[2]
LARISSA TRINDADE MAGNAGO[2]
NATÁLIA MARQUES PIMENTA[2]
RAIANE OLIVEIRA DOS SANTOS PEREIRA[2]
ITALLA MARIA PINHEIRO BEZERRA[3]

[1]Discente – Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM.
[2]Discente – Medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM.
[3]Docente – Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM.

Palavras-chave: Dengue; Participação Social; Conhecimento.

DOI 10.59290/1200354244

EDITORA PASTEUR

INTRODUÇÃO

O cidadão brasileiro conquistou diversos direitos e deveres a partir da Constituição Federal de 1988. Dentre eles, destaca-se o controle social, definido como a participação social na gestão de políticas públicas e programas do Estado. Esse conceito é definido a partir da descentralização e da transferência do controle para níveis que garantam a participação da população na fiscalização e execução de ações. O envolvimento da comunidade dentro de seu território busca articular estratégias que proporcionem o bem-estar coletivo. Essa prática engloba múltiplas ações com o objetivo de formular, executar, fiscalizar e avaliar políticas públicas voltadas para todos os âmbitos sociais, como a educação, a saúde e diversos outros (COELHO, 2012; BRASIL, 2021).

Nesse sentido, a participação da comunidade em estratégias de prevenção em saúde se demonstra eficaz, evidenciada pela adesão de práticas voltadas para o coletivo. Desde a Reforma Sanitária, é possível visualizar a movimentação para o controle social nesse âmbito. Essas práticas são levantadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), inserindo a população em campanhas de combate a doenças, ou até mesmo através do Conselho Nacional de Saúde (CNS). De forma prática, a participação da comunidade pode ser utilizada no trabalho de medidas importantes e específicas, como no caso de combate a endemias, onde ações individuas trazem benefícios coletivos (TAPIA-CONYER *et al.*, 2012).

As doenças endêmicas, também conhecidas como doenças metaxênicas ou tropicais, envolvem três fatores principais: o parasita, o vetor e o ser humano. A ação (ou não-ação) das pessoas em um determinado meio ecológico é o que vai permitir a transmissão ou o controle dessas doenças. Nesse contexto, a relação entre arboviroses e endemias é direta, pois as doenças causadas por arbovírus frequentemente se enquadram na definição de doenças endêmicas, que são aquelas próprias de um determinado local e de seus habitantes. Assim, as arboviroses urgem como um problema de saúde pública que compartilham características epidemiológicas e desafios de controle, o que ilustra sua manifestação como endemia (BARATA & BRICEÑO-LEÓN, 2000).

A dengue é uma arbovirose causada pelo vetor *Aedes aegypti*, comum em países tropicais, principalmente pela forma de disseminação do inseto, que nessas regiões é favorecida pela quantidade de chuvas e clima ameno. Existem 4 sorotipos da dengue, sendo eles o DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4. Os principais sintomas incluem febre, dor de cabeça, dores musculares e dor retro-orbital, sendo o diagnóstico principalmente clínico. Além disso, existe a possibilidade de cursar com dengue hemorrágica, por isso os esforços do Ministério da Saúde em conscientizar a população acerca desse problema, bem como nas formas de prevenção (BRASIL, 2024).

Atualmente, essa doença tem característica endêmica no Brasil, haja vista fatores como urbanização, falta de saneamento básico e o próprio clima, que é propício para a disseminação do vetor e a posterior contaminação. No Brasil, entre 31/12/2023 e 29/06/2024, foram registrados 6.215.201 casos prováveis de dengue no país, representando um aumento de 344,5% em relação ao mesmo período de 2023. Dentre esses mais de 6 milhões de casos, 82.908 foram classificados como dengue grave, com perfil predominante de pessoas do sexo feminino, e faixa etária menor que 1 ano, e a partir dos 60 anos. Quanto aos óbitos, foram confirmadas 4.269 mortes por dengue nesse mesmo período (BRASIL, 2024). Com esses dados, é possível

notar a gravidade da doença para o país, além do seu significativo aumento quando comparado ao ano anterior, o que justifica a necessidade de estratégias de prevenção e controle desse cenário.

Por se tratar de uma doença endêmica brasileira é de suma importância que os órgãos públicos tracem estratégias de combate a essa arbovirose. A medida mais eficaz é evitar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti.* Nesse segmento, é notória a importância da atuação governamental no processo de tentativa de erradicação da dengue na sociedade brasileira, bem como ações que visem a amenização dos efeitos causados nos indivíduos que se contaminam com o vírus (UNICEF, 2024). Embora a tentativa de erradicação praticada pelos órgãos públicos seja válida, para uma maior efetivação do combate à dengue a atuação da população é de crucial importância para uma maior efetividade das ações.

Com base nisso, o objetivo deste estudo é analisar como se dá a participação social no combate à dengue no Brasil.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa realizada no período de entre os meses de dezembro de 2025 a fevereiro de 2026, por meio de pesquisas nas bases de dados: Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE/PubMed) e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram utilizados os descritores: ("*Vector Control of Diseases*" OR "*Disease Prevention*") AND ("*Social Participation*" OR "*Community Participation*") AND ("Dengue"). Desta busca foram encontrados 127 artigos, posteriormente submetidos aos critérios de seleção.

Os critérios de inclusão foram: artigos nos idiomas inglês, português ou espanhol; publicados no período de 2010 a 2025 e que abordavam as temáticas propostas para esta pesquisa, estudos do tipo (revisão, meta-análise), disponibilizados na íntegra. Os critérios de exclusão foram: artigos duplicados, disponibilizados na forma de resumo, que não abordavam diretamente a proposta estudada e que não atendiam aos demais critérios de inclusão.

Após os critérios de seleção restaram 20 artigos que foram submetidos à leitura minuciosa para a coleta de dados. Os resultados foram apresentados de forma descritiva, abordando a participação social no combate à dengue.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados nas bases de dados 127 publicações. Após exclusão dos estudos duplicados na base de dados e que não atendiam ao tema, perfizeram um total de 73 publicações para serem avaliadas, seguindo os parâmetros definidos. Destes, após a leitura dos resumos, apenas 20 estudos demonstraram satisfazer os critérios de inclusão.

Ao analisar as características dos estudos selecionados para esta revisão, observou-se que a maioria das pesquisas (60%) trouxe em seu conteúdo discussões relacionadas ao conhecimento, as atitudes e as práticas comunitárias no que diz respeito à dengue e sua prevenção. 90% dos estudos utilizaram o método transversal para obtenção dos dados.

Verifica-se que a remoção de água de recipientes e objetos para não estagnação da água e reprodução do vetor foi o principal método utilizado nos estudos encontrados, sendo que 100% dos artigos citaram sua realização.

O uso de inseticidas e repelentes, bem como de telas em portas e janelas foram encontrados apenas em dois estudos como forma de prevenção e controle da dengue, sendo menos realizados pelas populações estudadas. Do mesmo modo, o uso de ventiladores elétricos e a participação em reciclagem de objetos também foram pouco citados, possuindo menor realização por parte da população.

Os estudos evidenciaram que a população possui conhecimento quanto aos métodos de prevenção da dengue, porém quando a questão se volta para as práticas, a participação comunitária não se mostra totalmente implementada, deixando lacunas no que diz respeito a sua realização. A maioria dos estudos revelou a necessidade de promover a educação da comunidade com foco no conhecimento e no reforço às práticas voltadas para a prevenção da dengue, sendo a participação social a principal forma de combate a essa doença. O **Quadro 15.1** sintetiza os achados evidenciados, com base nos estudos incluídos.

Quadro 15.1 Síntese de resultados evidenciados na revisão de literatura

Categoria	Síntese
Nível de conhecimento	A literatura mostra que a população possui conhecimento geral moderado sobre a dengue, especialmente no reconhecimento do mosquito como transmissor, mas ainda apresenta lacunas importantes sobre sintomas específicos, horários de maior atividade do vetor e formas eficazes de controle. Embora o conhecimento se relacione positivamente com comportamentos preventivos, muitos estudos revelam que a compreensão não se converte automaticamente em prática; mesmo indivíduos bem-informados mantêm atitudes inadequadas ou baixa motivação para seguir rotinas preventivas de forma consistente.
Práticas adotadas	As práticas mais comuns envolvem proteção pessoal, como uso de repelentes, ventiladores e inseticidas, além da eliminação de água parada. Contudo, ações essenciais de controle, como a limpeza regular de recipientes, cobertura de caixas d'água e atenção a criadouros menos óbvios, são frequentemente negligenciadas. Barreiras estruturais, como falta de saneamento e necessidade de armazenar água, e barreiras individuais, como falta de tempo e desconforto com mosquiteiros, comprometem a continuidade das práticas, resultando em alta presença de criadouros mesmo em domicílios que afirmam adotar medidas preventivas.
Atitudes e percepções	Apesar de reconhecerem a gravidade da dengue e a importância do esforço comunitário, muitas pessoas enxergam o controle principalmente como responsabilidade do governo, o que reduz a participação ativa em ações coletivas. A adesão tende a ser individual e pontual, especialmente diante da falta de tempo, motivação ou confiança na eficácia das campanhas. A literatura enfatiza que o engajamento comunitário e a construção participativa das intervenções são fundamentais para o sucesso dos programas de controle, mas práticas *top-down*, expectativas sobre agentes públicos e baixa mobilização social limitam a efetividade das ações.

Um dos grandes pilares da gestão democrática das políticas públicas consiste no controle social, sendo quem garante uma participação ativa da comunidade na formulação, acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações do Estado. Este é essencial no campo da saúde para a garantia de estratégias de prevenção, vigilância e promoção da saúde de forma eficaz. Em síntese, é um instrumento de democratização, justiça social e melhoria contínua das políticas públicas, sendo indispensável para qualquer sociedade que busque desenvolvimento, bem-estar coletivo e garantia de direitos. A participação social no combate à dengue é crucial para o sucesso e a sustentabilidade dos programas de controle de vetores. O envolvimento comunitário traz a responsabilidade social na prevenção de doenças. No contexto da dengue, as práticas podem levar a uma redução significativa nos ín-

dices da doença, bem como a mudanças comportamentais sustentáveis ao longo do tempo (ABREU, 2015).

No que diz respeito aos conhecimentos sobre a dengue, a maioria das pessoas, de acordo com Fonseca *et al.* (2012), possui significativa familiaridade com os sintomas da doença, sendo a febre alta o mais pontuado, além de saberem que o vetor da dengue é o mosquito *Aedes aegypti*. Dentre as medidas de controle que são conhecidas e utilizadas, a destruição de recipientes é a mais adotada pelas pessoas, seguida da eliminação de criadouros dos mosquitos por meio da proteção dos depósitos de água. A análise feita por Fátima *et al.* (2019) corrobora essas medidas, e aponta, também, a utilização de repelentes e o uso de mosquiteiros e telas em janelas como ações eficazes na prevenção da reprodução e contato com o mosquito. No que tange às ações promovidas pelas autoridades, o estudo de Fonseca *et al.* (2012) abordou diversas atitudes, como campanhas educacionais e treinamento para a comunidade.

Consoante a Hossain *et al.* (2024), a população reconhece sua contribuição na prevenção do vetor da dengue, embora significativa parcela analisada não esteja envolvida em campanhas de limpeza e vinculada à ONGs e outras agências de prevenção da dengue. Já no quesito nível de conscientização, mais da metade da população demonstrou conhecimento precário, diferentemente das populações analisadas por Fonseca *et al.* (2012) e Fátima *et al.* (2019). Já nos estudos desenvolvidos por Sulistyawati *et al.* (2020), a comunidade tem ciência da necessidade de proteger o meio ambiente e manter-se saudável por meio do combate à dengue, bem como da importância de monitorar a presença de larvas.

A dengue é uma arbovirose que tem impactado significativamente a saúde da população brasileira, com cerca de 4,7 milhões de casos prováveis e 2,5 mil mortes registradas em 2024. Diante desse cenário, torna-se essencial a implementação de medidas preventivas eficazes para garantir a segurança da população contra a infecção pela doença. Para isso, o Ministério da Saúde recomenda uma série de atitudes que devem ser feitas pela população, sendo algumas delas, o uso de telas nas janelas e repelentes, vedação dos reservatórios de água, remoção de recipientes que possam se transformar em criadouros de mosquitos e desobstrução de calhas, lajes e ralos. Além disso, vale ressaltar que, em dezembro de 2023, a vacina contra a dengue foi incorporada ao SUS como uma importante ferramenta no combate à doença, permitindo que, ao longo dos anos, a dengue tenha suas consequências cada vez mais reduzidas na saúde da população brasileira (BRASIL, 2024).

Corroborando as diretrizes do Ministério da Saúde, diversos estudos destacaram resultados convergentes no que diz respeito às formas preventivas mais eficazes contra a dengue. Uma das principais estratégias apontadas por esses estudos é a remoção de recipientes que possam acumular água parada, considerada uma medida central para o controle dos focos de reprodução do mosquito transmissor da arbovirose. Sendo exemplos dessas medidas a remoção de água parada de vasos, pneus ou outros recipientes de quintais e casas, troca e limpeza de recipientes de água e trocar vasos de flores de forma semanal, bem como, cobrir possíveis locais de retenção de água e limpeza dos bebedouros de animais. Essas ações de cuidado com os recipientes propensos ao acúmulo de água são essenciais para prevenir a existência de potenciais criadouros do *Aedes aegypti* (ALVES *et al.*, 2022; FLYNN, 2012; ELSINGA *et al.*, 2017; SAYAYONG *et al.*, 2015; NUR *et al.*, 2017; DEBAYAN *et al.*, 2019).

Além da remoção de água parada, diversas outras medidas se revelaram eficazes no controle da dengue. Entre elas, destaca-se a aplicação de inseticidas em recipientes que acumulam água, a pulverização de inseticidas dentro das residências e nos quintais, bem como o uso de repelentes (ELSINGA *et al.,* 2017). Adicionalmente, ações como a poda de arbustos para eliminar potenciais criadouros de mosquitos e o uso de ventiladores elétricos como uma barreira física para repelir o mosquito transmissor também foram identificadas como estratégias complementares de grande eficácia (NUR *et al.*, 2017; DEBAYAN *et al.*, 2019).

As ações individuais e a atuação comunitária integrada entre os moradores de determinada localidade demonstrou ser igualmente crucial para a prevenção da dengue pois cada família tem um papel importante nessas ações (DEBAYAN *et al.*, 2019). Medidas como tampar recipientes de lixo vazios e promover a limpeza de bairros e jardins destacam-se como estratégias fundamentais. Segundo Elsinga *et al.* (2017) essas ações comunitárias são consideradas as mais eficazes no controle da arbovirose e ressaltou ainda a importância de implementar iniciativas que incentivem um maior engajamento da população.

Apesar do conhecimento sobre as medidas preventivas ser difundido e haver esforços para sua implementação, Nur *et al.* (2017) destacam diversas barreiras à prática dessas ações. Entre essas, o fator financeiro é citado como um dos principais obstáculos, uma vez que muitos indivíduos relataram dificuldades em adotar medidas preventivas por serem muito onerosas. Além da falta de tempo para se dedicarem a essas ações e o incômodo causado pela pulverização, que pode manchar residências, interromper momentos familiares e oferecer riscos à saúde humana, dos animais e das plantas (ALVES *et al.*, 2022). Por isso, entende-se que é fundamental que as políticas públicas de prevenção da dengue levem em consideração essas dificuldades e promovam intervenções acessíveis e sensíveis às realidades das populações mais desfavorecidas, garantindo uma distribuição equitativa dos recursos e esforços preventivos, obedecendo aos princípios éticos da justiça distributiva (RODRIGUES & BEDRIKOW, 2016).

É essencial que a população desenvolva um conhecimento abrangente sobre os potenciais locais de criação e os habitats das larvas do *Aedes aegypti*, de modo a viabilizar um controle eficaz do vetor. Para alcançar esse objetivo, é fundamental que o Estado promova múltiplas estratégias de conscientização. No entanto, Alves *et al.* (2022) faz uma crítica importante ao afirmar que as campanhas governamentais, muitas vezes, falham em transmitir de forma clara a relevância das medidas preventivas e em diferenciar aquelas que apresentam maior eficácia. Além disso, um número significativo de indivíduos relata insegurança quanto à execução correta dos procedimentos de controle ambiental do vetor e ainda demonstra dúvidas sobre os mecanismos de transmissibilidade das arboviroses (SAYAYONG *et al.*, 2015; DEBAYAN *et al.*, 2019; FLYNN, 2012).

A problemática citada torna-se ainda mais evidente ao observar relatos de indivíduos que, apesar das campanhas de conscientização, optam por realizar atividades preventivas que demandam maior esforço e apresentam menor eficácia. Com isso, entende-se que a divulgação dos conhecimentos da prevenção da dengue pelo Governo por meio das fontes midiáticas é de extrema importância, no entanto as lacunas apresentadas evidenciam a necessidade de aprimorar as estratégias de comunicação e educação em saúde, garantindo que a população com-

preenda de maneira clara e precisa, tanto a importância das ações preventivas quanto sua execução adequada (ALVES *et al.*, 2022).

A participação ativa e eficiente do Estado é fundamental para corroborar as medidas de prevenção dessa arbovirose. Há uma necessidade urgente de estratégias educativas intensas, visto o nível de conhecimento da população sobre os aspectos centrais da dengue. Isso sugere que o principal desafio não é apenas disseminar informação, mas promover motivação duradoura para a adoção de comportamentos preventivos consistentes. Consideram crenças sobre risco, gravidade, benefícios e autoeficácia, como algo promissor para fomentar mudanças comportamentais sustentadas, pois enfatizam a percepção de risco e os benefícios concretos da ação coletiva. Consono a isto, abordagens *bottom-up*, que integram a participação comunitária em todos os processos, a ser mais adequadas e sustentáveis do que modelos verticalizados e prescritivos, pois adaptam-se à realidade local, valorizam saberes populares e reduzem a sensação de culpa individual ou estigmatização. Essas práticas participativas são apontadas como essenciais para que o controle da dengue deixe de ser uma atividade esporádica e prescrita de cima para baixo e passe a integrar rotinas comunitárias com responsabilidade compartilhada (LACHYAN *et al.*, 2023; SULISTYAWATI *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2015).

Ademais, apesar da educação da sociedade apresentar-se ainda como um desafio, a promoção de conhecimento por meio da explicação de termos relacionados à dengue e formas de prevenção configuram-se como forma eficaz na resolução do problema, objetivando reverter o cenário constatado na população analisada, bem como mobilizar a comunidade de forma consciente e com embasamento (SOUZA *et al.,* 2022).

Com vista disso, entende-se que a prevenção da dengue depende de uma atuação conjunta e coordenada entre o Governo e a população. No entanto, mesmo com a mobilização popular, esta se torna insuficiente em muitas regiões brasileiras, que ainda enfrentam graves deficiências na implementação de saneamento básico e coleta regular de lixo, o que influencia na reprodução do vetor (ALVES *et al.*, 2022).

Portanto, é essencial que o Governo assuma um papel mais ativo e eficaz na melhoria das condições urbanas e no controle dos criadouros do mosquito. Além disso, para garantir um controle mais efetivo do vetor, recomenda-se que o Estado intensifique as ações de pulverização de inseticidas, informe adequadamente a comunidade sobre as medidas que estão sendo implementadas, e realize um monitoramento contínuo e a gestão de possíveis criadouros nas áreas mais afetadas. A limpeza de lixões, a melhoria das infraestruturas urbanas, como estradas e serviços de coleta de resíduos, também são fundamentais para criar um ambiente menos favorável à proliferação do mosquito (ELSINGA *et al.*, 2017).

CONCLUSÃO

Verifica-se que a participação social no controle da dengue possui grande potencial de crescimento, de modo que deve ser possível analisar as lacunas que impedem o seu desenvolvimento. De mesmo modo, o estudo constata que o Estado possui grande responsabilidade na atribuição de papéis a comunidade, que auxiliem e impulsionem a sua participação no combate ao *Aedes aegypti* e outras arboviroses.

Assim, torna-se evidente que a prevenção da doença exige um esforço conjunto entre a população e o poder público. Embora a conscientização e o engajamento comunitário sejam fun-

damentais para o controle do *Aedes aegypti*, essas ações devem ser complementadas por políticas públicas eficazes que garantam condições adequadas de infraestrutura, saneamento e coleta de resíduos.

Portanto, o combate à dengue não pode ser tratado apenas como uma responsabilidade individual, mas sim como um desafio coletivo que exige planejamento estratégico, investimentos estruturais e a promoção de um ambiente saudável. Somente com a implementação coordenada de ações governamentais e comunitárias será possível reduzir o impacto dessa arbovirose e proteger a saúde da população brasileira de forma sustentável e rigorosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, D. Participação e controle social em um distrito sanitário de Florianópolis-SC. Serviço Social e Saúde, v. 11, p. 245, 2015. doi: 10.20396/sss.v11i2.8635195.

ALVES, J.A. *et al.* Percepção da comunidade sobre suas ações preventivas contra dengue, zika e chikungunya nas cinco regiões do Brasil. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 32, e320312, 2022. doi: 10.1590/S0103-73312022320312.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim epidemiológico: monitoramento das arboviroses e balanço de encerramento do Comitê de Operações de Emergência (COE): dengue e outras arboviroses 2024. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde anuncia estratégia de vacinação contra a dengue. Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/ministerio-da-saude-anuncia-estrategia-de-vacinacao-contra-a-dengue. Acesso em: 2 out. 2024.

DEBAYAN, P. *et al.* Community perception and risk reduction practices toward malaria and dengue: a mixed-method study in slums of Chetla, Kolkata. Indian Journal of Public Health Research & Development, v. 63, p. 178, 2019. doi: 10.4103/ijph.IJPH_321_19.

ELSINGA, J. *et al.* Long-term Chikungunya sequelae in Curaçao: burden, determinants, and a novel classification tool. The Journal of Infectious Diseases, v. 216, p. 573, 2017. doi: 10.1093/infdis/jix312.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. Prevenção e combate ao Aedes aegypti. Unicef, 2024. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/prevencao-e-combate-ao-aedes-aegypti. Acesso em: 02 out. 2024.

FONSECA, I.Z.C. *et al*. Conocimientos, actitudes y prácticas sobre dengue, tras aplicación de estrategias de movilización social. Yopal-Casanare, Colombia, 2012. Investigaciones Andina, v. 16 2014.

FLYNN, A. A study exploring the knowledge, attitudes and practices of young people regarding dengue fever and the extent of community involvement in vector control of the disease in Trinidad and Tobago. West Indian Medical Journal, v. 61, p. 615, 2012.

HOSSAIN, J. *et al.* Community engagement and social participation in dengue prevention: a cross-sectional study in Dhaka City. Health Science Reports, v. 7, e2022, 2024. doi: 10.1002/hsr2.2022.

LACHYAN, A. *et al*. The effect of community-based intervention on dengue awareness and prevention among poor urban communities in Delhi, India. The Journal of Health Science Research, v. 23, e00596, 2023. doi: 10.34172/jrhs.2023.131.

NUR, A.M. *et al.* Knowledge, attitude and practice of dengue prevention among suburban community in Sepang, Selangor. International Journal of Public Health and Clinical Sciences, v. 4, p. 2289, p. 2017.

RODRIGUES, A.A.R.S. & BEDRIKOW, R. Controle da dengue sob a ótica bioética. Revista Bioética, v. 24, p. 478, 2016. doi: 10.1590/1983-80422016243147.

SAYAYONG, C. *et al.* Conhecimento, atitudes e comportamentos preventivos relacionados às medidas de controle da reprodução do vetor da dengue entre adultos em comunidades de Vientiane, capital da República Democrática Popular do Laos. 2015.

SILVA, I.B. *et al.* Estratégias de combate à dengue através da educação em saúde: uma revisão integrativa. Saúde, v. 41, p. 27, 2015. doi: 10.5902/2236583410955.

SULISTYAWATI, S. Understanding community involvement on dengue prevention in Sleman, Indonesia: a free listing approach. 2020;42(3):231-236. doi: 10.7888/juoeh.42.231.

SULISTYAWATI, S. *et al.* Dengue vector control through community empowerment: lessons learned from a community-based study in Yogyakarta, Indonesia. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 16, 2019. doi: 10.3390/ijerph16061013.